



Trata-se de obra norteadora da praticidade esperada pelo operador do Direito, na medida em que representa o mais novo conceito de trabalho envolvendo reunião integradora das fontes e orientações do Direito, pois não se restringe à composição de mais uma coletânea legislativa. A estrutura da obra procura apresentar, em seu conteúdo, o teor das ementas e das súmulas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União, além de orientações normativas da Advocacia-Geral da União e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entre outras, atreladas a Legislação. A obra é recomendável aos Advogados Públicos e Privados que atuam em face do Poder Público, Membros da Magistratura e do Ministério Público, além dos concursandos e acadêmicos em geral que, ao consultarem os artigos mais importantes, obterão o inteiro teor das decisões judiciais e administrativas relevantes e atualizadas sobre o assunto em foco.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO  
ANDRÉ RAMOS TAVARES  
FABRÍCIO BOLZAN

## VADE-MÉCUM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Integrado com jurisprudência, ementas, súmulas do STF, STJ, TCU e orientações da Administração Pública

Atualização on-line até 31.03.2013

### *Área específica*

Direito Administrativo.

### *Áreas afins*

Direito Público. Direito Constitucional.  
Direito Tributário.

### *Público-alvo*

Advogados Públicos e Advogados Privados que atuam em face do Poder Público, Membros da Magistratura e do Ministério Público, acadêmicos em geral e candidatos a integrarem as carreiras citadas, bem como aos estudantes de Graduação e Pós-graduação de todo o país e do estrangeiro que pretendam conhecer as bases normativas deste "setor" do Direito.

Formato: 17x24 cm  
CÓDIGO: 10000284

C268v	Cardozo, José Eduardo Martins  <i>Vade-Mécum</i> de Direito Administrativo: integrado com jurisprudência, ementas, súmulas do STF, STJ, TCU e orientações da Administração Pública. Atualizado até a Lei nº 12.663, de 5.6.2012: Lei Geral da Copa / José Eduardo Martins Cardozo; André Ramos Tavares, Fabrício Bolzan. Belo Horizonte : Fórum, 2012.  2239 p. ISBN 978-85-7700-597-0  1. Direito administrativo. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. 4. Direito tributário. I. Tavares, André Ramos. II. Bolzan, Fabrício.  CDD: 343.02 CDU: 336 (81)
-------	--

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARDOZO, José Eduardo Martins; TAVARES, André Ramos; BOLZAN, Fabrício. *Vade-Mécum* de Direito Administrativo: integrado com jurisprudência, ementas, súmulas do STF, STJ, TCU e orientações da Administração Pública. Atualizado até a Lei nº 12.663, de 5.6.2012: Lei Geral da Copa. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 2239. ISBN 978-85-7700-597-0.

## **José Eduardo Martins Cardozo**

Ministro da Justiça. Professor da PUC/SP e da Escola Paulista de Direito (EPD). Presidente de Honra do Instituto Internacional de Direito Administrativo Econômico.

## **André Ramos Tavares**

Pró-Reitor e Professor de Pós-Graduação da PUC-SP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.

## **Fabício Bolzan**

Palestrante exclusivo da Rede de Ensino Telepresencial Luiz Flávio Gomes (LFG). Consultor jurídico.

### SUMÁRIO DO LIVRO:

APRESENTAÇÃO	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
PARTE I	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010
<b>CONSTITUCIONAL</b>	Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Decreto nº 6.639, de 7 de novembro de 2008
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008
Emendas Constitucionais	Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 – Lei da Súmula Vinculante
PARTE II	Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
<b>LEGISLAÇÃO</b>	Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002
CAPÍTULO 1	Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999
<b>ADVOCACIA PÚBLICA</b>	Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998
Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010	Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998
Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002	Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998
Lei nº 9.704, de 17 de novembro de 1998	Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997
Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997	Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996
Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995	Decreto nº 1.957, de 12 de julho de 1996
Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União	Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993
Orientações Normativas da Advocacia-Geral da União	Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978
Súmulas da Advocacia-Geral da União	Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969
CAPÍTULO 2	Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS PÚBLICOS</b>	Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967
Decreto nº 7.647, de 21 de dezembro de 2011	CAPÍTULO 3
Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011	<b>AGÊNCIAS REGULADORAS</b>
	Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011

Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005

Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001

Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000

Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000

Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000

Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000

Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 –  
Lei das Telecomunicações

Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964

#### CAPÍTULO 4

#### ATOS ADMINISTRATIVOS E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Lei nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 –  
Lei do Processo Administrativo Federal

Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972

#### CAPÍTULO 5

#### BENS PÚBLICOS

Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001

Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 – Lei dos Bens Imóveis da União

Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993

Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987

Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977

Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976

Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973

Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967

Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937

#### CAPÍTULO 6

#### CONTRATOS PÚBLICOS E LICITAÇÃO

Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012

Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011

Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 – Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC):  
Excertos

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010

Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007

Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005

Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005

Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Lei dos Consórcios Públicos

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Lei do Pregão

Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001

Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001

Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 –  
Lei de Licitações e Contratos

#### CAPÍTULO 7

#### DESAPROPRIAÇÃO

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade

Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993 –  
Lei de Desapropriação de Imóvel Rural

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991

Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970

Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 – Lei de Desapropriação por Interesse Social

Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 –  
Lei de Desapropriações

## CAPÍTULO 8

### INTERVENÇÃO NA ECONOMIA

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 – Nova Lei Antitruste

Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997

Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996

Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995

Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 – Lei Antitruste

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor

Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 – Intervenção no Domínio Econômico

## CAPÍTULO 9

### PODER PÚBLICO EM JUÍZO E RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012

Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009

Decreto nº 5.035, de 5 de abril de 2004

Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003

Decreto nº 4.250, de 27 de maio de 2002

Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001

Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997

Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997

Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992

Decreto-Lei nº 4.597, de 19 de agosto de 1942

Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932

## CAPÍTULO 10

### RECURSOS, ORÇAMENTO E RESPONSABILIDADE FISCAL

Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997

Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992

Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Lei de Execução Fiscal

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Lei do Orçamento

## CAPÍTULO 11

### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 – Lei do Projovem

Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – Lei do PROUNI

Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004

Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – Lei do Bolsa Família

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso

Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001

Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994

## CAPÍTULO 12

### SERVIÇOS PÚBLICOS

Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Lei dos Resíduos Sólidos

Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008

Decreto nº 6.160, de 20 de julho de 2007

Lei nº 11.473 de 10 de maio de 2007

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Lei do Saneamento Básico

Decreto nº 5.977 de 1º de dezembro de 2006

Decreto nº 5.411 de 6 de abril de 2005

Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei da Parceria Público Privada (PPP)

Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999

Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – Lei das  
Concessões e Permissões de Serviços Públicos

#### CAPÍTULO 13

#### SERVIDORES PÚBLICOS

Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012

Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010

Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009

Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006

Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006

Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001

Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001

Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001

Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001

Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000

Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000 – Regime  
Jurídico do Empregado Público Federal

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994

Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 – Lei da  
Contratação Temporária de Servidor

Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993

Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992

Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de  
Improbidade Administrativa

Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Estatuto do  
Servidor Federal

Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989

Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 – Lei de Greve

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

#### PARTE III SÚMULAS

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal

Súmulas Persuasivas do Supremo Tribunal Federal

Súmulas Persuasivas do Superior Tribunal de Justiça

#### ÍNDICES

Índice da Constituição Federal por Tema Tratado

Índice dos Atos das Disposições Constitucionais  
Transitórias por Tema Tratado

Índice das Emendas Constitucionais por Tema Tratado

Índice da Legislação por Tema Tratado

Índice das Súmulas por Tema Tratado